

Governo também refaz conta do PIB para baixo

Por Fabio Graner | De Brasília

A previsão de crescimento econômico do governo para 2018 está sendo revista e tem um viés de baixa, em linha com o que tem acontecido no mercado, segundo apurou o Valor. Mas, além de estar refazendo suas contas sobre o nível de atividade deste ano, a equipe econômica também discute qual o melhor momento para anunciar o número que substituirá os 3% atualmente previstos nos documentos oficiais.

Até o próximo dia 22 de maio, o governo tem que divulgar o segundo relatório bimestral de receitas e despesas deste ano. Nesse documento, também são divulgados os parâmetros macroeconômicos que devem ser levados em conta.

Como os 3% dificilmente serão atingidos, o reconhecimento dessa realidade teria uma oportunidade oficial de ser feita. Por outro prisma, há quem defenda esperar a divulgação do PIB do primeiro

trimestre, que será feita só no fim do mês, para se ter uma dimensão melhor do desempenho da economia no início do ano e assim traçar uma projeção mais segura.

A decisão será tomada nas próximas semanas. Uma fonte considera que ficará estranho não rever a projeção já neste relatório bimestral, dado que há elementos suficientes para isso e não faria sentido colocar um número no qual já não se acredita em um documento oficial.

Embora uma fonte diga que os 3% de crescimento para este ano ainda não possam ser considerados fora do jogo, esta hipótese realmente tornou-se minoritária. O mercado, que há semanas vem reduzindo suas projeções de crescimento, na média já trabalha com 2,7% de expansão. Como mostra reportagem abaixo, o JP Morgan reduziu por duas vezes nos últimos 15 dias suas estimativas de crescimento.

No próprio governo há cenários com expansão inferior inclusive à

projetada no mercado, com números em torno de 2,5% de crescimento. Oficialmente, o Banco Central já trabalha com um número de 2,6%, bem menos otimista que os formalmente divulgados pelo governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e no primeiro relatório bimestral.

O dinamismo abaixo do esperado neste início de ano, reforçado por dados mais recentes como o da produção industrial - que caiu 0,1% em março, quando o governo e o mercado esperavam alta - tem sido também apontado por algumas fontes do governo como fator que levou aos dados ruins do mercado de trabalho no primeiro trimestre deste ano.

Embora o presidente Michel Temer e alguns analistas do governo tenham apontado que a flutuação negativa nesse início é normal, cálculos de dessazonalização feitos por algumas fontes governamentais apontam que o desempenho também foi negativo após esses ajustes feitos para excluir dos dados os efeitos





típicos de cada período. Esse desempenho causou estranhamento em alguns analistas da equipe.

"O mercado de trabalho veio mais fraco do que se esperava. As surpresas ocorridas, com números abaixo do esperado, e volatilidade de indicadores afetam o mercado de trabalho. Além disso, incertezas com o ano eleitoral e a alta do dólar também afetam a disposição de contratação", comenta uma fonte.

Mesmo assim, as avaliações internas são de que, mesmo sem toda intensidade antecipada nas projeções mais otimistas do fim do ano passado e início deste ano, o governo ainda considera as perspectivas para a economia como favoráveis, bem como para a criação

de empregos ao longo de 2018.

Ainda espera-se efeitos favoráveis que devem se materializar com a queda dos juros, em um ambiente no qual os indicadores de confiança de empresários e consumidores ainda estão melhores do que no passado.

Embora tenham sido vistas surpresas negativas, o governo ainda acredita em um PIB positivo no primeiro trimestre e até considera a possibilidade de uma surpresa favorável advinda do setor externo na contabilidade do PIB, dado que as exportações nesse primeiro período do ano teriam crescido mais que as importações de bens e serviços.

O PIB mingou

VICENTE NUNES

Duas semanas depois de o Banco Central anunciar mais um corte na taxa básica de juros (Selic), de 6,50% para 6,25% anuais — a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) está marcada para 15 e 16 de maio —, o país saberá como foi o desempenho da economia no primeiro trimestre do ano. Até um mês atrás, ainda era possível ouvir de técnicos respeitados do governo e de bons analistas do mercado que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre janeiro e março seria de 1%, o que sustentaria avanço superior a 3% ao longo de 2018. Agora, a perspectiva é totalmente outra.

Mais pessimistas, integrantes da equipe econômica e especialistas do setor privado reconhecem que, na melhor das hipóteses, o incremento do PIB nos três primeiros meses do ano será de 0,5%. Há quem acredite que a variação pode ser zero ou negativa. Isso mesmo: não está descartada a possibilidade de a atividade voltar a registrar contração. Tal hipótese se baseia nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

para o varejo, a indústria e os serviços. Todos apresentaram resultados muito aquém do esperado.

Se o quadro mais negativo para o PIB do primeiro trimestre se confirmar, é muito provável que o crescimento econômico de todo o ano fique em 2% ou abaixo disso. Será uma grande decepção, pois se apostava firmemente que o país daria um salto mais expressivo em 2018, com impacto positivo sobre o emprego. A fragilidade da atividade, contudo, mantém mais de 13 milhões de pessoas sem perspectivas de retornarem ao mercado de trabalho.

A perda de fôlego da atividade — pela pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo BC, a projeção de crescimento recuou de 2,75% para 2,70% — coincide com uma campanha maciça do governo exaltando os feitos na economia. A queda da inflação e dos juros é real, mas a população não sente seus efeitos porque convive de perto com o desemprego e a renda apertada. A sensação de bem-estar não existe e a popularidade do presidente Michel Temer se mantém no chão.

Perturbações

A piora nas estimativas para o PIB carrega muito da desconfiança de consumidores e empresários em relação às eleições. Quando se olha para a frente, não se sabe qual será a política econômica a partir de janeiro de 2019, com o Brasil sob nova direção. São poucos os que se arriscam a fazer dívidas ou a ampliarem os negócios. Nesse clima de compasso de espera, a atividade vai patinando e comprometendo a capacidade de consolidação de um quadro de recuperação consistente.

Para piorar, o cenário internacional, que vinha dando uma excelente ajuda ao Brasil e alimentando a complacência dos investidores, mesmo diante da grave situação das contas públicas do país, passou a conviver com estresse. Nações emergentes, como Argentina e Turquia, estão vendo as suas moedas registrarem fortes desvalorizações ante o dólar. O real também sentiu o baque ao atingir R\$ 3,55, a maior cotação em quase dois anos, por causa da expectativa de aumento mais expressivo da taxa de juros nos Estados Unidos.

O fortalecimento do dólar veio acompanhado da disparada do





preço do petróleo, que foi negociado a US\$ 76 o barril do tipo Brent, o nível mais elevado desde o fim de 2014. O óleo bruto sente os efeitos do possível rompimento do acordo nuclear com o Irã. O presidente norte-americano, Donald Trump, tem até o dia 12 deste mês para dizer se os EUA saem do tratado e impõem novas sanções ao país persa — a decisão pode sair ainda nesta terça-feira. Se isso ocorrer, diminuirá a oferta do produto e aumentará a tensão no Oriente Médio.

Essa onda de incertezas que perturba o mundo certamente vai tirar parte do crescimento econômico. Com a atividade global caminhando mais lentamente, o Brasil cambaleará. Não se pode esquecer que, nos últimos anos, a economia brasileira tem apresentado desempenho inferior à média mundial. O Fundo Monetário

Internacional (FMI) fez vários alertas sobre eventos que podem perturbar o planeta. Eles, infelizmente, parecem ter dado as caras.

Rombos fiscais

Em Brasília, o governo tenta dar ares de tranquilidade às tensões externas. Há uma clara determinação do Palácio do Planalto para que se ressalte as “qualidades” da economia brasileira, que conjuga inflação e juros em baixa com reservas internacionais próximas de US\$ 380 bilhões. Entre discurso e realidade, porém, há uma boa diferença. Não se pode esquecer que o Brasil não fez o dever de casa na área fiscal. Os rombos nas contas públicas são latentes. Neste ano, o buraco deve ficar em até R\$ 159 bilhões, cedendo ligeiramente em 2019 para R\$ 139 bilhões.

A dívida bruta do país caminha para 80% do PIB. É a maior entre os países emergentes. Sem reforma da Previdência Social, não há como conter seu crescimento. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, o endividamento público pode passar dos 100% em 2021. Os investidores costumam levar esses dados em consideração na hora de definirem onde vão aplicar seu dinheiro. Quando os juros estão muito altos, eles aceitam correr riscos. Em tempos de taxas tão baixas, como agora, preferem o conforto do mercado norte-americano. Não há almoço grátis.